

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
ADMINISTRAÇÃO**

GABRIEL HELMER QUEIROZ PINTO

**DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO
BÁSICO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES**

GOVERNADOR VALADARES

2026

GABRIEL HELMER QUEIROZ PINTO

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO
BÁSICO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES

Monografia apresentada ao curso de Administração do Departamento de Administração do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração. Orientador: Professora Doutora Kascilene Gonçalves Machado

Orientadora: Professora Doutora Kascilene Gonçalves Machado

Governador Valadares

2026

RESUMO

A inserção da Educação Financeira nas escolas tornou-se obrigatória com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o objetivo de promover a cidadania e o desenvolvimento de decisões financeiras conscientes. Entretanto, a implementação dessa temática ainda enfrenta dificuldades no ambiente escolar. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo analisar os principais desafios e obstáculos encontrados no processo de implementação da Educação Financeira nas escolas. Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, por meio da aplicação de um questionário estruturado online. A amostra, selecionada por conveniência, foi composta por dezenove professores atuantes em seis instituições de ensino no município de Governador Valadares. Os resultados mostram que a aplicação da transversalidade proposta pela BNCC ainda está distante da realidade das escolas pesquisadas. Verificou-se que muitos docentes consideram seu preparo insuficiente, devido às limitações na formação inicial e à falta de capacitações continuadas. Além disso, a Educação Financeira permanece concentrada principalmente na disciplina de Matemática, sendo trabalhada de forma isolada e ocasional. Entre os principais desafios apontados pelos professores está a falta de tempo para cumprir o currículo, a ausência de formação específica e a carência de materiais didáticos adequados. Conclui-se que a obrigatoriedade prevista na legislação, por si só, não garante a efetiva implementação da Educação Financeira nas escolas sem o devido suporte pedagógico e institucional. A pesquisa contribui ao evidenciar a distância entre as exigências normativas e a prática escolar, reforçando a necessidade de estratégias de formação docente mais eficazes.

Palavras-chave: Educação financeira; Políticas públicas; Formação docente; Desafios educacionais.

ABSTRACT

Financial Education became mandatory in schools with the approval of the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC), aiming to promote citizenship and the development of conscious financial decision-making. However, the implementation of this subject still faces several difficulties within the school environment. In this context, this study aimed to analyze the main challenges and obstacles encountered in the process of implementing Financial Education in schools. To achieve this objective, an exploratory study with a qualitative approach was conducted through the application of a structured online questionnaire. The convenience sample consisted of nineteen teachers working in six educational institutions in the municipality of Governador Valadares. The results indicate that the application of the interdisciplinarity proposed by the BNCC is still far from the reality of the schools surveyed. It was found that many teachers consider their preparation insufficient due to limitations in initial training and the lack of continuing education programs. Furthermore, Financial Education remains concentrated mainly in the Mathematics subject, being addressed in an isolated and occasional manner. Among the main challenges pointed out by the teachers are the lack of time to cover the curriculum, the absence of specific training, and the shortage of adequate teaching materials. It is concluded that the mandatory nature established by legislation alone does not guarantee the effective implementation of Financial Education in schools without proper pedagogical and institutional support. This study contributes by highlighting the gap between normative requirements and school practice, reinforcing the need for more effective teacher training strategies.

Keywords: Financial education; Public policies; Teacher training; Educational challenges.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
1.1 Objetivos gerais e específicos	5
2 REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1 Educação financeira	6
2.2 Educação financeira no contexto escolar	8
2.3 Educação financeira como política pública no Brasil	13
3 METODOLOGIA	15
3.1 Questionário	15
3.2 Coleta de dados	17
4 ANÁLISE DE RESULTADOS	19
4.1 Formação docente	19
4.2 Conhecimento das diretrizes da BNCC e da ENEF	22
4.3 Prática pedagógica e interdisciplinaridade	24
4.4 Desafios na avaliação e mensuração do aprendizado	29
4.5 Desafios da implementação da educação financeira	32
5 CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	43

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2024), capacitar as pessoas com conhecimento e habilidades financeiras para que possam tomar decisões informadas e acertadas sobre suas finanças é fundamental para promover seu bem-estar financeiro. Esse cenário torna-se ainda mais urgente quando se analisa os dados nacionais: de acordo com o Mapa da Inadimplência da Serasa, o Brasil encerrou o ano de 2025 com 81,2 milhões de pessoas em situação de inadimplência, acumulando um montante de dívidas superior a R\$ 518 bilhões, com um valor médio de R\$ 6.382,00 por pessoa (SERASA, 2025).

Dessa forma, a educação financeira se torna um tema de grande relevância social e econômica, especialmente para a formação de jovens. Segundo o Observatório Febraban, 70% dos brasileiros acreditam que a inclusão de educação financeira nas escolas poderia melhorar o aprendizado sobre finanças, demonstrando ampla percepção da importância dessa disciplina para a preparação de cidadãos capazes de tomar decisões financeiras conscientes (FEBRABAN, 2025). Entretanto, na prática, apenas 15% do aprendizado financeiro dos jovens ocorre no ambiente escolar, revelando uma discrepância significativa entre o que é considerado necessário e o que efetivamente é oferecido (FEBRABAN, 2025).

Visando alterar essa realidade e promover a cidadania financeira, o Estado brasileiro instituiu políticas públicas específicas. O marco inicial dessa inserção ocorreu com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída pelo Decreto nº 7.397/2010 (BRASIL, 2010), que definiu diretrizes para promover o letramento financeiro e previdenciário no país, com o objetivo de auxiliar a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes.

Nesse processo, destaca-se uma mudança significativa na abordagem pedagógica. Conforme apontam Neres *et al.* (2023), antes da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a educação financeira limitava-se a uma sugestão dentro da disciplina de Matemática, focada essencialmente em cálculos de juros e porcentagem. Os autores ressaltam que, com a nova normativa, o assunto passou a ser um tema transversal, ou seja, deve ser trabalhado de forma obrigatória e interdisciplinar, dialogando com diversas áreas do conhecimento e não apenas com números.

Entretanto, a implementação prática dessa transversalidade enfrenta desafios estruturais. Conforme analisam Matos *et al.* (2022), existe uma lacuna significativa em relação à forma como o docente pode inserir a educação financeira nas diferentes disciplinas que compõem o currículo escolar. Os autores destacam que essa dificuldade é acentuada pela falta de formação específica dos educadores na área, o que gera incertezas sobre como articular o tema de maneira efetiva para além dos conceitos matemáticos tradicionais.

Nesse contexto, a simples existência da norma não garante a execução pedagógica, enfrentando barreiras para sua efetivação nas escolas. Mais do que analisar a estrutura legal, é fundamental investigar a realidade vivenciada pelos docentes, buscando compreender as dificuldades práticas e a falta de suporte que impedem que essas diretrizes saiam do papel e se efetivem no cotidiano escolar.

Diante desse cenário, indaga-se: Sob a ótica dos docentes, quais são os principais desafios para a implementação prática da educação financeira nas escolas de Educação Básica?

Assim, o objetivo geral consiste em analisar os desafios e obstáculos enfrentados no processo de implementação da educação financeira nas escolas. Para alcançar esse propósito, definiram-se quatro questões de pesquisa: como os professores avaliam sua própria formação e conhecimento em educação financeira para atuar em sala de aula? Qual é o nível de conhecimento dos docentes sobre as diretrizes da BNCC e da ENEF relacionadas à educação financeira? De que forma os professores integram a educação financeira às práticas pedagógicas e à interdisciplinaridade no currículo escolar? Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes na avaliação, mensuração do aprendizado e na implementação da educação financeira nas escolas?

Parte-se da hipótese de que, embora a legislação (BNCC) tenha tornado a educação financeira obrigatória e transversal, sua implementação prática ainda é limitada, devido à falta de formação específica para os docentes e à ausência de metodologias claras nas diretrizes estatais.

Ao final da pesquisa, espera-se que os objetivos sejam atendidos e que a análise dos dados permita validar a hipótese levantada. A expectativa é demonstrar que, apesar da obrigatoriedade legal, a efetivação da educação financeira nas escolas encontra barreiras significativas na prática, confirmando a necessidade de

maior investimento na formação docente e no desenvolvimento de metodologias aplicáveis à realidade da sala de aula.

Além da importância social, este trabalho se justifica pela necessidade de compreender melhor os desafios que os professores enfrentam para implementar a educação financeira nas escolas brasileiras. Mesmo com políticas públicas e regras que orientam a inclusão do tema, ainda faltam estudos que analisem diretamente a realidade vivida pelos docentes. Assim, a pesquisa busca contribuir para o meio acadêmico ao analisar o tema pela visão dos professores, mostrando a distância entre o que a norma exige e o que é praticado em sala de aula.

Do ponto de vista prático, o estudo oferece contribuições importantes para a área educacional, trazendo informações que podem ajudar gestores escolares e formuladores de políticas públicas a criar estratégias de treinamento e suporte mais eficientes. Ao identificar as principais barreiras na implementação da educação financeira, espera-se colaborar para práticas de ensino mais alinhadas à BNCC e às necessidades atuais, ajudando na formação de cidadãos mais conscientes e preparados para suas decisões econômicas.

1.1 Objetivos gerais e específicos

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar os desafios e obstáculos enfrentados no processo de implementação da educação financeira nas escolas.

Para alcançar esse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

Objetivos específicos:

- A) Identificar o nível de conhecimento e preparo dos professores em relação à educação financeira e sua aplicação pedagógica;
- B) Verificar o grau de conhecimento dos professores sobre as orientações da bncc e da enef e como elas influenciam a prática pedagógica;
- C) Avaliar de que forma os professores integram a educação financeira às disciplinas e à interdisciplinaridade no cotidiano escolar;
- D) Mapear as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes na avaliação, mensuração do aprendizado e na efetiva implementação da educação financeira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para que sejam abordados os aspectos aos quais este estudo se propõe, se faz necessário, primeiramente, situar a educação financeira no contexto socioeconômico contemporâneo e na trajetória da educação formal.

2.1 Educação financeira

A educação financeira é amplamente reconhecida como um processo fundamental que visa fornecer aos indivíduos o conhecimento, as habilidades e a confiança necessárias para tomar decisões financeiras. Segundo Lusardi e Mitchell (2023), a educação financeira está relacionada à capacidade das pessoas de processar informações econômicas e tomar decisões informadas sobre planejamento financeiro, acumulação de riqueza, dívidas e pensões.

A educação financeira não se restringe apenas ao acúmulo de riqueza, mas abrange a compreensão de conceitos como gestão de orçamento, poupança, investimento e o uso responsável de crédito.

De acordo com a OCDE (2024):

Educação financeira é o processo pelo qual os consumidores/investidores melhoram sua compreensão de produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiras, tomar decisões informadas, saber onde procurar ajuda e tomar outras ações eficazes para melhorar seu bem-estar financeiro. (OCDE, 2024, p.10)

O processo de educação financeira, conforme a abordagem da OCDE, não se limita à obtenção de informação, mas concentra-se em como essa informação se transforma em capacidade de ação. O objetivo central é fornecer ao indivíduo as ferramentas para que ele possa desenvolver as habilidades e a confiança necessárias para lidar com produtos e riscos financeiros. Desse modo, o sucesso da educação financeira é medido, principalmente, pela sua aplicação prática, capacitando o consumidor a fazer escolhas conscientes, visando a melhoria do seu bem-estar financeiro.

A expansão das tecnologias digitais transformou significativamente a maneira como os indivíduos acessam informações e gerenciam seus recursos financeiros. Segundo a BNCC (2017), "atualmente, as transformações na sociedade são grandes, especialmente em razão do uso de novas tecnologias". Diante desse cenário de mudanças aceleradas, torna-se imprescindível que a educação financeira prepare o cidadão para navegar nesse ambiente digital, desenvolvendo competências que vão além do cálculo, abrangendo a compreensão crítica do sistema financeiro e o uso consciente das ferramentas tecnológicas disponíveis.

Visando fomentar esse letramento, diversas instituições públicas e privadas desenvolveram programas específicos de capacitação, utilizando da tecnologia para alcançar professores e estudantes. No âmbito das políticas públicas, destaca-se o programa "Aprender Valor", uma iniciativa do Banco Central do Brasil. Conforme apontam Matos *et al.* (2022), este programa tem como objetivo apoiar as secretarias de educação municipais e estaduais na implementação da educação financeira nas escolas públicas, oferecendo formação e recursos didáticos para que o tema seja trabalhado de forma transversal.

Ocorre que, paradoxalmente, a mesma evolução tecnológica que permite a disseminação desses conteúdos educativos também acelerou, de forma desproporcional, a exposição dos indivíduos a produtos bancários complexos. Conforme aponta Oliveira (2024), a oferta de crédito tornou-se mais ágil e com menos burocracia, gerando o risco de concessões imprudentes para clientes que não possuem capacidade de pagamento. Isso coloca o cidadão em um cenário para o qual ele não foi preparado historicamente, situação que é agravada pela falta de domínio tecnológico de parte do público e pela escassez de informações claras sobre como essas novas instituições funcionam.

Essa lacuna reflete-se diretamente no comportamento de consumo e na gestão do orçamento familiar. A facilidade de acesso ao crédito, impulsionada pela digitalização bancária, muitas vezes encontra um consumidor despreparado para lidar com os juros compostos e as variações econômicas aumentando o risco de endividamento entre famílias de baixa renda e perpetuando a desigualdade social (SANTOS *et al.*, 2025).

A importância da educação financeira transcende a esfera individual, estabelecendo-se como um fator crítico para a estabilidade e saúde econômica de um país. Afinal, a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia, no

agregado, toda a economia, por estar intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países. (BCB, 2013, p. 8)

A afirmação do Banco Central do Brasil ilustra que as escolhas individuais se transformam em problemas de natureza macroeconômica quando avaliadas no agregado. O controle da inadimplência e a redução do endividamento, que são objetivos primários da educação financeira, servem, portanto, a um propósito duplo. Eles beneficiam diretamente o indivíduo ao capacitá-lo a evitar problemas financeiros futuros, e, ao mesmo tempo, reforçam a resiliência econômica nacional e a capacidade de investimento do país.

Dessa forma, a educação financeira não se limita ao conceitual, mas exerce influência direta sobre o comportamento dos indivíduos, afetando escolhas relacionadas ao consumo, à poupança e ao planejamento financeiro ao longo da vida. Esse caráter comportamental reforça a importância de sua introdução em etapas iniciais da formação educacional, especialmente no ambiente escolar.

2.2 Educação financeira no contexto escolar

A inserção da educação financeira nas escolas brasileiras não ocorreu por acaso, mas como resposta a um cenário socioeconômico preocupante. Conforme diagnóstico da Estratégia Nacional (BANCO CENTRAL DO BRASIL, [s.d.]), observa-se que grande parte da população apresenta dificuldades no planejamento financeiro de longo prazo, como a organização dos gastos e a preparação para a aposentadoria. Além disso, o desconhecimento sobre riscos e instrumentos de proteção torna os cidadãos mais vulneráveis ao endividamento excessivo e a fraudes.

Foi visando alterar essa realidade que se iniciou o processo de evolução do tema no ambiente escolar. Após a criação das primeiras diretrizes nacionais em 2010, o governo implementou um projeto piloto em diversas escolas de ensino médio entre 2010 e 2011. Essa iniciativa teve como objetivo testar materiais didáticos e verificar a viabilidade de abordar a educação financeira de forma integrada às demais disciplinas, superando a visão de que seria um conteúdo isolado (BANCO CENTRAL DO BRASIL, [s.d.]).

Os resultados dessa avaliação de impacto foram fundamentais para validar a presença do tema no currículo. A intervenção pedagógica demonstrou eficácia não apenas para o aluno, mas para seu núcleo familiar, conforme detalha o relatório de implementação:

Assim, o Programa de EF aumentou o conhecimento financeiro dos alunos, trouxe melhorias nas atitudes financeiras e mudou o comportamento financeiro dos participantes, visto que passou a ser mais provável que os estudantes no grupo de tratamento tenham comportamentos financeiros mais inteligentes, conversem com suas famílias sobre questões financeiras, e ajudem na organização do orçamento do lar (BANCO CENTRAL DO BRASIL, [s.d.], p. 18).

Diante desses resultados, consolida-se o entendimento de que a escola assume um papel fundamental e privilegiado para a formação de atitudes e pensamentos críticos, possibilitando que os alunos desenvolvam competências relacionadas ao uso consciente do dinheiro (SANCHES; BATISTA; MARCELINO, 2021).

Ao discutir essa função pedagógica, Pessoa e Muniz Jr. (2021) definem que:

A Educação Financeira Escolar (EFE) pode ser um processo de educar a partir de um conjunto de estratégias e ações desenvolvidas para o contexto escolar, considerando aspectos matemáticos e não matemáticos, didáticos e multidisciplinares, que convidem os estudantes a refletirem sobre situações econômicas e financeiras, associadas às necessidades humanas, relacionadas com a aquisição, o planejamento, a utilização e a redistribuição do dinheiro, de forma crítica e fundamentada, que gerem atitudes responsáveis, sustentáveis e solidárias (PESSOA; MUNIZ JR., 2021, p. 2).

Dessa forma, a educação financeira no ambiente escolar não se limita à transmissão de informações, mas busca promover o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, preparando os alunos para tomar decisões financeiras conscientes e responsáveis ao longo da vida.

Com a inserção da educação financeira como tema transversal, o papel do docente sofre uma reconfiguração significativa. O professor deixa de ser apenas um transmissor de técnicas de cálculo para atuar como um mediador entre o

conhecimento financeiro e a realidade social do aluno. Essa mediação exige uma postura crítica que ultrapasse a simples alfabetização numérica.

No entanto, a literatura aponta que a prática pedagógica ainda enfrenta barreiras culturais e formativas. Muitas vezes, o ensino limita-se à operacionalização matemática, ignorando os aspectos comportamentais e sociais do dinheiro. Sobre esse risco, Baroni e Maltempi (2024) alertam que:

Se a temática continuar sendo relacionada ao tratamento de conteúdos essencialmente matemáticos, pautada pela abordagem de conceitos e cálculos [...] é esperado que as discussões não caminhem em direção às problematizações que se fazem necessárias (BARONI; MALTEMPI, 2024, p. 16).

Essa citação reforça a hipótese de que a falta de metodologias que integrem o financeiro ao social impede a formação integral do aluno. Para romper com esse ciclo, é necessário que o professor esteja preparado para promover debates sobre consumo, planejamento de vida, e não apenas sobre juros compostos.

Essa dificuldade, contudo, parece residir na formação base dos educadores. A preparação para lidar com a educação financeira transversal ainda é limitada nos currículos acadêmicos. Nesse sentido, Baroni e Maltempi (2024) argumentam que a mudança deve começar na graduação: “Neste ínterim, os cursos de licenciatura precisam favorecer experiências de uma formação inicial que privilegie a análise crítica do mercado financeiro, por meio da Matemática, porém, sem limitar-se a ela” (BARONI; MALTEMPI, 2024, p. 17).

Portanto, para que o professor atue efetivamente como mediador, é imprescindível que sua formação ofereça ferramentas que possibilitem a articulação entre a matemática e as ciências humanas, capacitando-o a contextualizar o ensino financeiro na realidade brasileira.

Essa contextualização é urgente e necessária, uma vez que a educação financeira ultrapassa os limites do cálculo matemático, ela se torna um poderoso instrumento de combate às desigualdades. A capacidade de gerir recursos não é apenas uma habilidade técnica, mas uma competência que impacta diretamente a dignidade e a cidadania. Nesse sentido, Fernandes e Fernandes (2024) destacam o potencial transformador desse conhecimento:

A relação entre educação financeira e inclusão social, voltada à alfabetização financeira, possibilita que indivíduos superem barreiras econômicas e sociais, proporcionando autonomia e a segurança financeira. Esse conhecimento possibilita redução da exclusão social e promove uma sociedade mais equitativa (FERNANDES; FERNANDES, 2024, p. 13).

Sob essa perspectiva, o acesso à educação financeira ultrapassa a condição de ser apenas um conteúdo curricular, assumindo o caráter de uma questão de cidadania. Dessa forma, a educação financeira deve ser compreendida como um direito fundamental, desempenhando papel decisivo na inclusão social e na redução das desigualdades econômicas no país (SILVA *et al.*, 2025).

Para que esse direito se concretize no contexto escolar, torna-se necessário superar o modelo tradicional de ensino expositivo. A literatura aponta que o uso de metodologias inovadoras pode tornar o ensino de educação financeira mais atrativo e eficaz. Estratégias como jogos, simulações e estudos de caso favorecem a compreensão dos conceitos financeiros ao aproximá-los de situações reais vivenciadas pelos estudantes (BORGES; CARVALHO; MIRANDA, 2024).

Entretanto, observa-se um distanciamento entre o que é proposto pela teoria e a realidade das escolas. A insuficiência na formação docente, aliada à escassez de materiais de apoio às metodologias ativas, dificulta a efetiva implementação da transversalidade. Conforme destacam Sousa, Lobão e Freitas (2023), embora os docentes afirmem seguir as diretrizes da nova BNCC, não se identificam práticas pedagógicas que evidenciem a integração curricular por meio da interdisciplinaridade.

Esse descompasso entre a normativa da BNCC e a prática pedagógica reforça a compreensão de que a obrigatoriedade legal, isoladamente, não assegura a efetividade do ensino, evidenciando a necessidade de investimentos em suporte estrutural e formação continuada para os docentes.

Essa insegurança docente muitas vezes resulta em práticas pedagógicas improvisadas, onde professores são designados para lecionar conteúdos que não dominam plenamente. Nascimento, Sousa e Del Pino (2023), ao investigarem a ótica docente em Crateús (CE), apontam que, embora os professores reconheçam a importância do tema para o cotidiano, a falta de domínio conceitual limita o ensino a

conselhos básicos, sem a profundidade crítica necessária para formar cidadãos financeiramente autônomos.

Além da formação, outro desafio central é a metodologia utilizada. Há uma tendência em reduzir a educação financeira a meros cálculos matemáticos, ignorando seu aspecto social e comportamental. Esse fenômeno foi evidenciado por Silva *et al.* (2022) em uma pesquisa com estudantes em Pernambuco. Ao utilizarem uma conta de água como instrumento didático, os pesquisadores notaram que, embora os estudantes tenham realizado a atividade envolvendo cálculos da conta de água, eles demonstraram desconhecer a lógica de consumo e o impacto no orçamento da própria família. Isso demonstra que o ensino matemático, isoladamente, não garante a compreensão financeira real.

Contudo, apesar das barreiras estruturais, os estudantes demonstram interesse e demanda pelo assunto. Frederico *et al.* (2024), em estudo realizado em uma Escola Técnica de São Paulo, identificaram um paradoxo: enquanto os professores admitem não abordar o tema com a frequência ideal, 87% dos alunos afirmaram que o acesso à educação financeira mudaria suas vidas, e 57% demonstraram alto interesse em aprender. Esses dados refutam a ideia de desinteresse juvenil e transferem a responsabilidade para a necessidade de adaptação escolar.

Nesse sentido, experiências de êxito apontam que a chave para a implementação eficaz pode estar na ludicidade. Coutinho e Rodrigues (2024), em um estudo comparativo realizado em Belém (PA), confrontaram o ensino tradicional expositivo com o uso de "Jogos Sérios" (jogos educativos sobre investimentos). Os resultados mostraram que o grupo submetido à metodologia gamificada apresentou um engajamento significativamente superior e uma assimilação de conceitos mais profunda. Os autores concluíram que romper com o modelo tradicional de palestras é fundamental, inclusive para superar barreiras culturais, visto que muitos alunos inicialmente rejeitavam temas como investimentos por associá-los equivocadamente apenas a pessoas ricas.

Portanto, a literatura de campo confirma que a efetivação da educação financeira nas escolas depende menos da criação de novas leis e mais da reformulação das práticas. É necessário investir na formação continuada dos docentes e na adoção de metodologias ativas que conectem o conteúdo à realidade vivida pelos estudantes.

2.3 Educação financeira como política pública no Brasil

O elevado nível de endividamento das famílias, a baixa taxa de poupança e a limitada compreensão sobre questões financeiras evidenciaram a necessidade de ações por parte do Estado, visando promover o desenvolvimento de competências financeiras desde as etapas iniciais da vida.

Nessa perspectiva, o Estado não se desvincula da sociedade, sendo juridicamente responsável pela disseminação de ações positivas que atendam à coletividade. Assim, as políticas públicas configuram-se como instrumentos fundamentais de organização, uma vez que, conforme analisam Ó, Santos e Lorenzi (2023), elas atuam como mecanismos técnicos para materializar projetos governamentais referentes aos direitos sociais, respondendo ao que se denomina "problema público", uma questão política ou social que exige uma solução estatal.

Nesse contexto, a educação financeira foi institucionalizada como política pública nacional com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), inicialmente instituída pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. A ENEF teve como objetivo promover a educação financeira e previdenciária da população brasileira, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e para a solidez do sistema financeiro nacional (BRASIL, 2010).

Posteriormente, essa política foi reformulada por meio do Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020, que revogou o decreto anterior e instituiu a nova ENEF, além de criar o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). A atualização normativa evidencia o reconhecimento, por parte do Estado, da complexidade do tema e da necessidade de maior articulação entre diferentes órgãos e entidades públicas. A nova ENEF ampliou seu escopo ao incorporar, além da educação financeira, os eixos securitário, previdenciário e fiscal, reforçando o caráter multidimensional da política (BRASIL, 2020).

Visando garantir a efetividade dessa política pública, a legislação educacional brasileira oferece o suporte necessário. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96), em seu artigo 2º, estabelece que a educação "tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (BRASIL, 1996)

Além disso, a LDB determina em seu artigo 26 que os currículos devem abranger o estudo da realidade social e política. É sob esse amparo legal que a

educação financeira se justifica como conhecimento essencial, cumprindo a exigência de vincular a educação escolar à prática social. (BRASIL, 1996)

Cumprindo as determinações da LDB, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, tornando o ensino do tema obrigatório. O documento conecta a educação financeira à Competência Geral nº 6, determinando que o estudante deve valorizar a diversidade de saberes e:

Apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BNCC, 2017, p. 9).

Para colocar essa competência em prática, a BNCC (2017) insere a educação financeira diretamente no currículo de Matemática. Ao longo do Ensino Fundamental e Médio, são exigidas habilidades obrigatórias, como a EF06MA13 (cálculo de porcentagens) e a EM13MAT203 (uso de planilhas e juros), fazendo com que a matemática seja aplicada em situações financeiras reais.

Entretanto, a simples normatização não assegura a efetividade do ensino. Conforme apontado por Guimarães e Castro (2020), a prescrição curricular normativa, por si só, não garante a qualidade educacional se estiver desacompanhada de políticas efetivas de formação docente e infraestrutura. Os autores ressaltam que, embora a Base normatize "o que" e "quando" ensinar, ela omite o "como", deixando essa responsabilidade para as escolas sem o devido suporte. Essa lacuna gera ansiedade e inquietação nos docentes, que percebem uma complexidade no documento muitas vezes distante da realidade vivenciada em sala de aula.

Nesse sentido, a articulação entre políticas públicas e práticas pedagógicas torna-se essencial para que os objetivos da educação financeira ultrapassem o campo normativo e se consolidem efetivamente no cotidiano escolar, contribuindo para a promoção do bem-estar financeiro individual e para o fortalecimento da cidadania e da estabilidade econômica do país.

3 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, a presente pesquisa classifica-se como exploratória. Segundo Gil (2008), a principal finalidade deste tipo de pesquisa é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando proporcionar uma visão geral e aproximativa acerca de um determinado fato. A escolha por essa classificação justifica-se pela necessidade de investigar a realidade prática da implementação da educação financeira, um tema que exige maior esclarecimento quanto às barreiras enfrentadas no cotidiano escolar.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa foi de natureza qualitativa, focando na compreensão dos fenômenos sob a ótica dos participantes. A escolha por essa abordagem alinha-se à perspectiva de Klüber (2021), que defende a necessidade de uma compreensão contextualizada dos aspectos humanos e sociais, rompendo com a ideia de que a pesquisa deva se reduzir apenas ao mensurável. Guiado por essa perspectiva, e com o objetivo de investigar os obstáculos para a aplicação da educação financeira no ensino básico, este método permite captar de forma aprofundada, as percepções dos docentes e as dificuldades do ambiente escolar que afetam o ensino no cotidiano.

Para tanto, a amostra foi constituída por professores de diferentes escolas, selecionados por conveniência, sem intenção de representar uma população específica, com a finalidade de verificar como as diretrizes da educação financeira estão sendo aplicadas nas escolas.

A coleta dos dados primários foi realizada por meio de aplicação de questionário estruturado para os professores da educação básica que ensinam educação financeira nas escolas. O instrumento buscou levantar informações sobre a formação profissional, materiais didáticos disponíveis e as dificuldades operacionais, diagnosticando os desafios reais da implementação do tema no cotidiano escolar.

3.1 Questionário

Para a coleta de dados, elaborou-se um questionário estruturado com perguntas objetivas e discursivas contendo vinte nove questões, divididos em seis blocos temáticos (Apêndice A). O objetivo deste instrumento é identificar os desafios

reais para implementar a educação financeira no cotidiano escolar, a partir da visão dos professores.

A decisão de mesclar questões fechadas (objetivas) e abertas (discursivas) ocorreu pela complementariedade que esse formato oferece à análise. As questões fechadas foram essenciais para mapear o perfil sociodemográfico dos respondentes, quantificar o nível de conhecimento sobre as diretrizes e identificar a frequência das práticas pedagógicas. Por outro lado, as questões abertas foram fundamentais para capturar relatos espontâneos e percepções críticas que opções pré-definidas não alcançariam. Foi por meio dessas respostas discursivas que se pôde compreender, por exemplo, as dificuldades com a realidade socioeconômica dos alunos e as metáforas sobre o desafio de ensinar sem impactos financeiros reais.

O primeiro bloco, referente ao Perfil do Respondente, tem como objetivo caracterizar os participantes da pesquisa. Ele reúne dados pessoais e profissionais básicos, como idade, tempo de experiência na docência, área de formação e a principal etapa de ensino em que o professor atua. O segundo bloco, focado na Formação e Conhecimento em Educação Financeira, avalia a preparação do professor para ensinar o tema. Esta seção investiga se houve contato com a temática durante a graduação ou em cursos de formação continuada, além de buscar entender como o docente avalia o seu próprio preparo e a importância que atribui ao assunto para a formação dos alunos.

O terceiro bloco trata do Conhecimento das Diretrizes da BNCC e ENEF e tem a finalidade de verificar o quanto os professores conhecem as orientações oficiais. Ele busca compreender se o corpo docente considera que essas normativas oferecem um apoio adequado e suficiente para a aplicação prática na escola. Em seguida, o quarto bloco aborda a Prática Pedagógica e Interdisciplinaridade, focando na forma como o tema é integrado a outras matérias, conforme exigido pela legislação. Seu objetivo é identificar a frequência com que o assunto é ensinado, as disciplinas envolvidas, os materiais didáticos utilizados e como ocorre o planejamento conjunto na instituição.

O quinto bloco é voltado para a Avaliação e Mensuração do Aprendizado e busca entender as estratégias usadas para avaliar o desempenho dos alunos. Ele identifica os métodos de avaliação escolhidos e as dificuldades encontradas para medir se a teoria ensinada está sendo aplicada no cotidiano dos estudantes.

Por fim, o sexto bloco, sobre os Desafios e Dificuldades na Implementação, representa a parte central da pesquisa. Sua finalidade é mapear os principais obstáculos práticos, estruturais e de formação que dificultam o ensino da educação financeira. Por meio de questões fechadas e abertas, essa última seção permite que os professores relatem as barreiras enfrentadas para aplicar as normas e as dificuldades reais vivenciadas no ambiente escolar.

3.2 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu entre os dias 22 de abril e 5 de maio de 2026, por meio da aplicação de um questionário estruturado online, desenvolvido na plataforma *Google Forms*. A opção pela aplicação do instrumento em formato online justificou-se, sobretudo, pelas características do público-alvo e pelas limitações de campo. Diante da rotina e sobrecarga de trabalho dos professores, o método *online* proporcionou flexibilidade, permitindo que os participantes respondessem em momento que lhes fosse mais oportuno. Além disso, o uso do formulário digital facilitou o alcance a um número maior de docentes, viabilizando até mesmo a distribuição espontânea do questionário entre os próprios colegas de profissão.

A amostra foi composta por 19 professores de diferentes escolas, selecionados por conveniência, sem intenção de representar uma população específica. Trata-se de uma amostra não probabilística, utilizada em pesquisas qualitativas exploratórias.

Inicialmente, o planejamento metodológico previa a realização da pesquisa em apenas uma instituição de ensino. Para isso, foi realizado o contato com a coordenação pedagógica de uma das escolas participantes, apresentando os objetivos da pesquisa e solicitando autorização para sua divulgação entre os docentes. A partir dessa primeira experiência, verificou-se a necessidade de ampliar a coleta, tanto para aumentar o número de participantes quanto para contemplar diferentes contextos escolares. Dessa forma, a pesquisa passou a abranger seis instituições educacionais localizadas no município de Governador Valadares. As escolas participantes da pesquisa foram: Escolas Estaduais Nacle Miguel Habib, Escola Estadual Sinval Rodrigues Coelho, Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Escola Estadual Euzébio Cabral, Escola Municipal Adélia Ribas e Escola Estadual Hélio Araújo Diniz.

O acesso ao campo e a distribuição do instrumento de pesquisa ocorreram por meio do envio do link via aplicativo de mensagens (WhatsApp), utilizando diferentes formas de abordagem. Em algumas instituições, como as Escolas Estaduais Nacle Miguel Habib e Sinval Rodrigues Coelho, o contato foi realizado de forma institucional, diretamente com a coordenação pedagógica, que autorizou a pesquisa e encaminhou o questionário aos professores. Já no Colégio Nossa Senhora de Lourdes e na Escola Estadual Euzébio Cabral, o contato foi feito diretamente pelo pesquisador com os docentes atuantes nessas instituições.

Além disso, durante o processo de coleta, observou-se um engajamento espontâneo de alguns participantes, que, ao considerarem a temática relevante, compartilharam voluntariamente o questionário com colegas de outras instituições que também trabalham com educação financeira. Esse movimento possibilitou a ampliação do alcance da pesquisa, incluindo respostas de professores da Escola Municipal Adélia Ribas e da Escola Estadual Hélio Araújo Diniz.

Por fim, destaca-se que a principal limitação enfrentada na etapa de coleta de dados esteve relacionada à rotina intensa e à sobrecarga de trabalho dos docentes. Embora o questionário tenha sido elaborado para ser respondido em um curto período, estimado em aproximadamente cinco minutos, observou-se dificuldade por parte dos professores em interromper suas atividades para participar da pesquisa, o que levou ao adiamento do preenchimento. Diante desse cenário, foi necessário adotar uma postura flexível e realizar um acompanhamento contínuo, a fim de alcançar o total de 19 respostas válidas.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Os resultados da pesquisa foram organizados em cinco eixos temáticos e, inicialmente, torna-se necessário apresentar o perfil dos respondentes. O grupo é formado majoritariamente por professores experientes: 73,7% atuam há mais de dez anos na Educação Básica. Em termos etários, a maior concentração está nas faixas de 45 a 54 anos (42,1%) e de 55 anos ou mais (31,6%), com 21,1% entre 35 e 44 anos, e uma participação pequena de professores mais jovens, abaixo dos 34 anos. Quanto ao sexo, a distribuição foi relativamente equilibrada, com leve predominância masculina (52,6% masculino, 47,4% feminino).

No que se refere à área de formação, destacam-se pedagogia (36,8%) e matemática (26,3%) como as licenciaturas mais frequentes, seguidas por ciências humanas (15,8%) e menor representação de ciências da natureza, linguagens e ciências contábeis. Em relação à etapa de atuação, 42,1% dos professores atuam no Ensino Fundamental I, 31,6% no Ensino Fundamental II e 26,3% no Ensino Médio.

4.1 Formação docente

O primeiro eixo busca identificar o nível de conhecimento e preparo dos professores em relação à educação financeira e sua aplicação pedagógica. Os dados obtidos nesse bloco demonstram uma fragilidade na formação docente bastante significativa, que perpassa tanto a formação inicial quanto a formação continuada dos participantes.

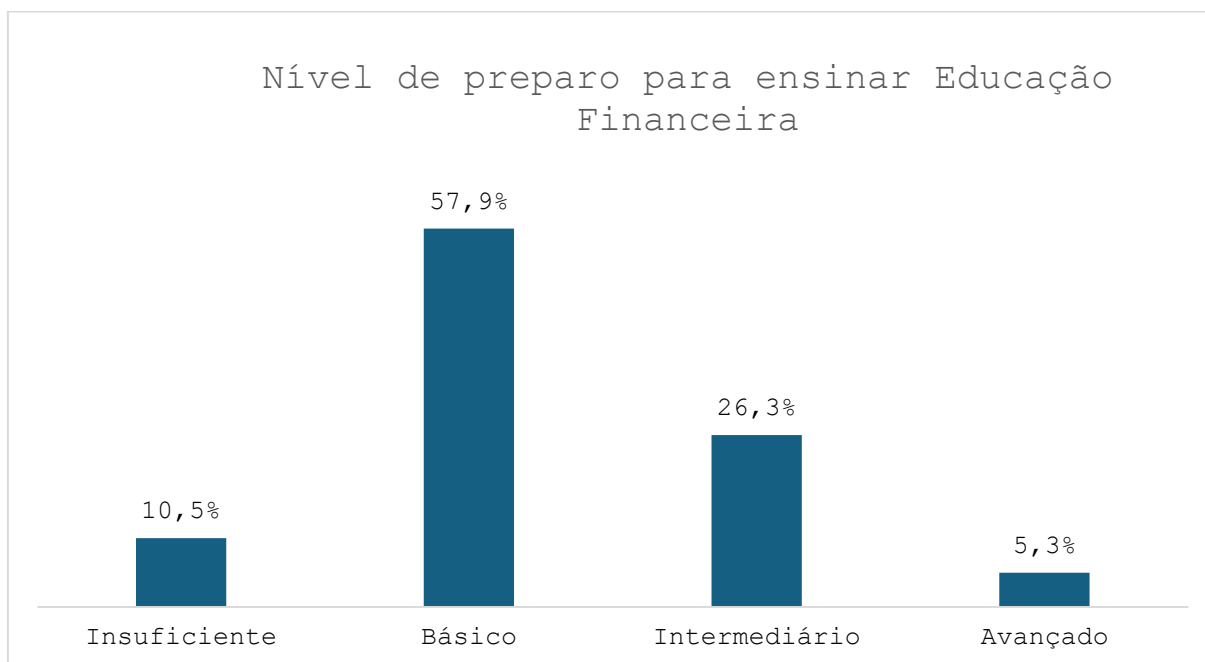
Em relação ao contato com a educação financeira durante a graduação, 57,9% dos respondentes afirmaram não ter tido nenhum contato com o tema em seus cursos de licenciatura. Apenas 15,8% relataram ter cursado uma disciplina específica sobre o assunto, enquanto 26,3% mencionaram que o tema foi abordado de forma periférica, dentro de outra disciplina. Considerando que a maioria dos participantes atua há mais de dez anos na docência, parte dessas respostas reflete a realidade curricular das licenciaturas de décadas anteriores, período em que a educação financeira ainda não havia adquirido relevância normativa no Brasil. Ainda assim, os dados apontam que mesmo entre professores mais jovens, a formação inicial não oferece base sólida sobre o tema.

Esse resultado dialoga diretamente com a reflexão de Baroni e Maltempo (2024), que argumentam que os cursos de licenciatura precisam favorecer experiências de formação inicial que privilegiem a análise crítica do mercado financeiro, por meio da Matemática, sem se limitar a ela. A ausência quase generalizada da temática na graduação cria um ciclo difícil de romper, em que os professores chegam à escola sem o preparo necessário e, sem apoio institucional, têm dificuldade de ensinar o que nunca aprenderam de forma estruturada.

Quanto à formação continuada, os dados também revelam um cenário preocupante. Cerca de 36,8% dos participantes afirmaram nunca ter participado de nenhum curso de formação continuada sobre educação financeira. Dos que tiveram algum contato formativo após a graduação, 31,6% participaram de cursos ofertados pela Secretaria de Educação ou pela própria escola, enquanto outros 31,6% buscaram formação por iniciativa própria, por meio de cursos online, pós-graduação ou outras modalidades. Uma parcela expressiva dos docentes que de alguma forma se capacitou no tema o fez por conta própria, sem estímulo ou suporte institucional. Essa busca autônoma por conhecimento, embora positiva, evidencia a ausência de uma política formativa sistemática por parte das redes de ensino.

A consequência direta dessas lacunas aparece na autopercepção dos professores sobre seu preparo para ensinar educação financeira. A grande maioria dos respondentes (57,9%) avalia seu nível de preparo como básico. Apenas 26,3% se consideram em nível intermediário, 10,5% avaliam seu preparo como insuficiente e somente um participante (5,3%) classificou seu preparo como avançado. O Gráfico 1 ilustra estes dados. Trata-se de um quadro de insegurança formativa bastante expressivo.

Gráfico 1 - Nível de preparo para ensinar educação financeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Esse dado corrobora o que Nascimento, Sousa e Del Pino (2023) identificaram em pesquisa com docentes no Ceará: embora os professores reconheçam a importância do tema para o cotidiano dos alunos, a falta de domínio conceitual limita o ensino a orientações básicas, sem a profundidade crítica necessária para a formação de cidadãos financeiramente autônomos. O padrão observado na presente pesquisa aponta na mesma direção.

Um ponto que merece atenção especial é a aparente contradição entre o baixo preparo percebido e a alta valorização do tema. Apesar de a maioria se sentir pouco preparada para ensinar educação financeira, 57,9% dos respondentes consideram o tema essencial para a formação dos alunos, e 36,8% o classificam como muito importante. Apenas uma minoria o considera pouco importante ou irrelevante. Isso revela que os docentes têm consciência da relevância da educação financeira, mas não dispõem das condições formativas e estruturais necessárias para colocá-la em prática com qualidade.

Essa tensão entre reconhecimento e incapacidade de execução é um dos achados centrais desta pesquisa. Ela indica que o problema não é de motivação ou de valorização do tema por parte dos professores, mas sim de suporte formativo e institucional. Como apontam Matos *et al.* (2022), a falta de formação específica dos educadores gera incertezas sobre como articular o tema de maneira efetiva para

além dos conceitos matemáticos tradicionais, o que limita tanto a frequência quanto a qualidade do ensino.

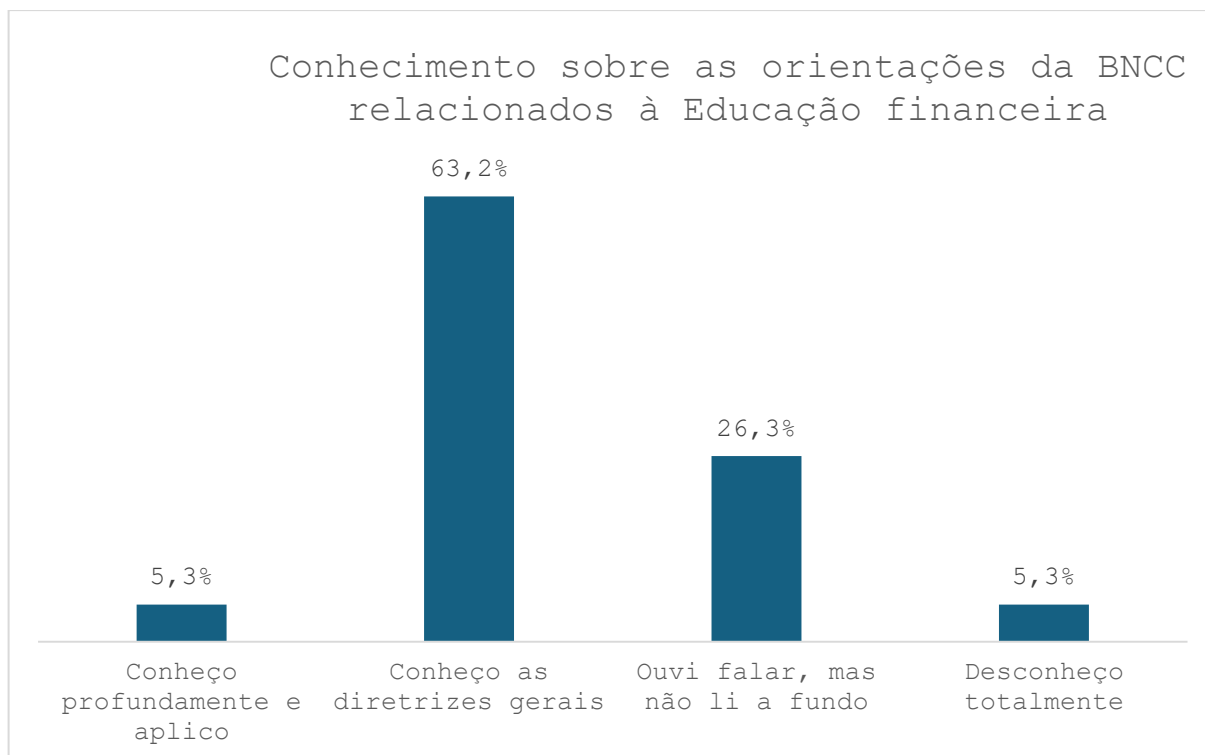
As respostas abertas dos professores reforçam os resultados apresentados anteriormente. Quando questionados sobre as principais dificuldades para trabalhar a educação financeira, alguns relataram a "falta de preparo, recursos e oportunidade". Além disso, um dos participantes destacou que é necessário melhorar o suporte oferecido aos professores em sala de aula para que consigam desenvolver esse tema de forma mais efetiva. Esses relatos indicam que o principal desafio não está na falta de interesse dos docentes, mas na ausência de formação e de condições adequadas para colocar as orientações da BNCC em prática.

4.2 Conhecimento das diretrizes da BNCC e da ENEF

O segundo eixo temático investiga o grau de conhecimento dos professores sobre as orientações oficiais que norteiam a educação financeira nas escolas brasileiras: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Os dados obtidos revelam um conhecimento parcial, superficial e, em muitos casos, limitado às diretrizes gerais, sem que isso se traduza em aplicação prática.

Em relação à BNCC, conforme apresentado no Gráfico 2, a resposta mais recorrente foi "conheço as diretrizes gerais", escolhida por aproximadamente 63,2% dos participantes. Outros 26,3% afirmaram ter ouvido falar, mas não ter lido o documento a fundo, enquanto apenas um respondente afirmou conhecer profundamente e aplicar as orientações. Um participante declarou desconhecer totalmente as orientações da BNCC relacionadas à educação financeira. Esse cenário sugere que, embora a maioria dos professores tenha algum conhecimento sobre a existência das diretrizes, esse conhecimento é superficial e não necessariamente se transforma em prática pedagógica.

Gráfico 2 – Conhecimento sobre as orientações da BNCC relacionados à educação financeira.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Esse padrão encontra correspondência no que Sousa, Lobão e Freitas (2023) identificaram em sua pesquisa: embora os docentes afirmem seguir as diretrizes da nova BNCC, não se identificam práticas pedagógicas que evidenciem a integração curricular por meio da interdisciplinaridade. Conhecer genericamente as diretrizes não equivale a compreendê-las com a profundidade necessária para aplicá-las de forma efetiva e contextualizada no cotidiano escolar.

No que se refere à ENEF, o nível de desconhecimento é ainda mais acentuado. A resposta mais frequente foi "conheço superficialmente", indicada por aproximadamente 42,1% dos respondentes. Outros 36,8% afirmaram não conhecer, 15,8% disseram já ter ouvido falar, e apenas um participante (5,3%) declarou conhecê-la detalhadamente. Ou seja, somando os que desconhecem completamente ou apenas ouviram falar, mais da metade dos professores não tem domínio sobre a principal política pública nacional de promoção da educação financeira. Isso é particularmente significativo se considerarmos que a ENEF, reformulada pelo Decreto nº 10.393/2020, representa o principal instrumento do Estado para orientar o letramento financeiro no país, inclusive no ambiente escolar.

A comparação entre o nível de conhecimento da BNCC e da ENEF revela uma assimetria interessante: os professores conhecem melhor a BNCC do que a ENEF, provavelmente porque a Base Nacional é parte do cotidiano pedagógico das escolas e aparece de forma mais direta nos planejamentos escolares, livros didáticos e formações pedagógicas. A ENEF, por sua vez, é um documento de política pública com menor circulação entre os docentes, o que indica que, apesar da proposta da ENEF ser relevante para o desenvolvimento da educação financeira, sua divulgação e integração no ambiente escolar ainda acontecem de forma limitada.

Quando perguntados se consideram que a BNCC e a ENEF oferecem suporte suficiente para a implementação da educação financeira nas escolas, apenas 5,3% responderam afirmativamente. A resposta mais frequente foi "não tenho opinião formada" (36,8%), seguida de "Parcialmente mas precisam de melhorias" (31,6%) e "Não, considero insuficiente" (26,3%).

Esse dado dialoga diretamente com a crítica levantada por Guimarães e Castro (2020), segundo os quais a BNCC normatiza o "o que" e o "quando" ensinar, mas omite o "como", deixando essa responsabilidade para as escolas sem o devido suporte. Um dos respondentes sintetizou bem essa percepção ao afirmar que enfrentou dificuldade ao tentar trabalhar o tema por "falta de preparo, recursos e oportunidade", o que resume, em poucas palavras, as carências que a legislação, por si só, não resolve.

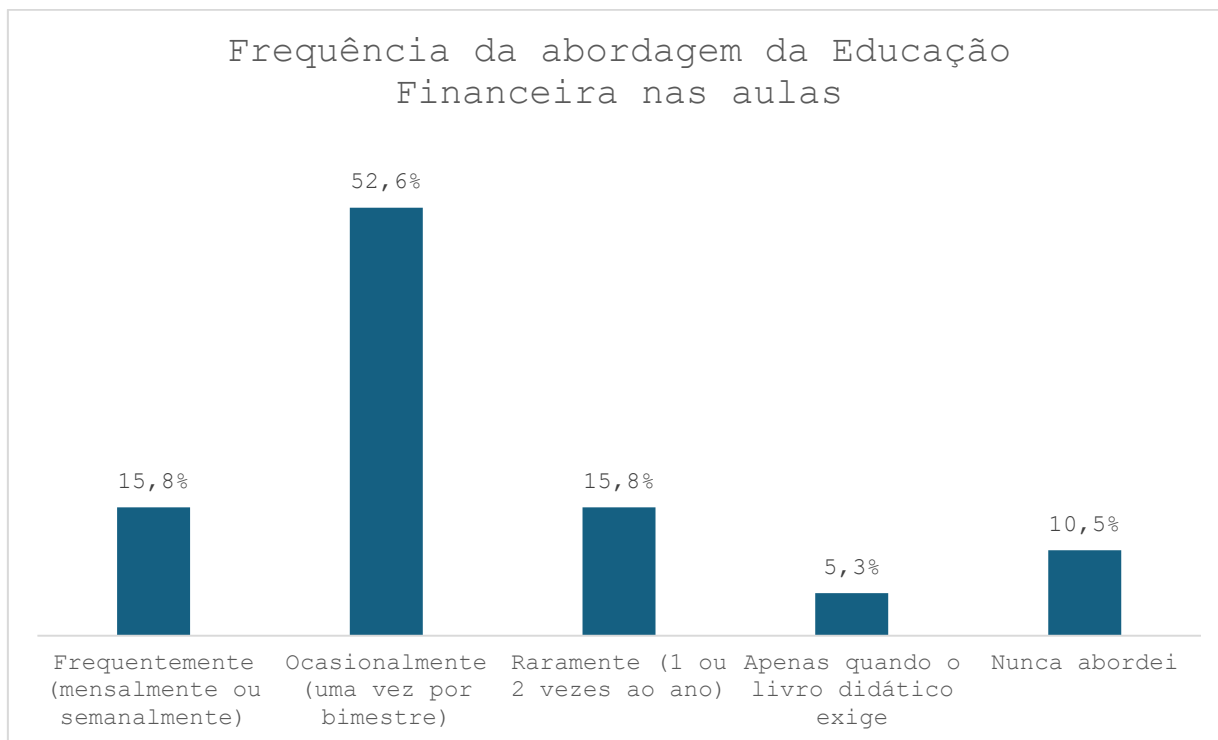
Esse cenário confirma, na prática, a hipótese central deste trabalho: a presença da educação financeira na legislação não garante sua implementação efetiva, especialmente quando os docentes não recebem formação e suporte adequados para interpretar e executar essas diretrizes.

4.3 Prática pedagógica e interdisciplinaridade

O terceiro eixo temático volta-se para a forma como os professores integram a educação financeira às suas práticas pedagógicas no cotidiano escolar. Os dados revelam um padrão de ensino esporádico, predominantemente associado à disciplina de Matemática e com baixa articulação interdisciplinar contrariando diretamente a proposta da BNCC de que o tema seja tratado de forma transversal e integrada ao currículo.

Em relação à frequência com que a educação financeira é abordada nas aulas, 52,6% dos respondentes afirmaram tratar do tema apenas ocasionalmente, isto é, uma vez por bimestre, enquanto 15,8% o fazem raramente (uma ou duas vezes ao ano) e outros 10,5% nunca o abordaram. Além disso 15,8% trabalham o tema com frequência mensal ou semanal (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Frequência da abordagem da educação financeira nas aulas.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

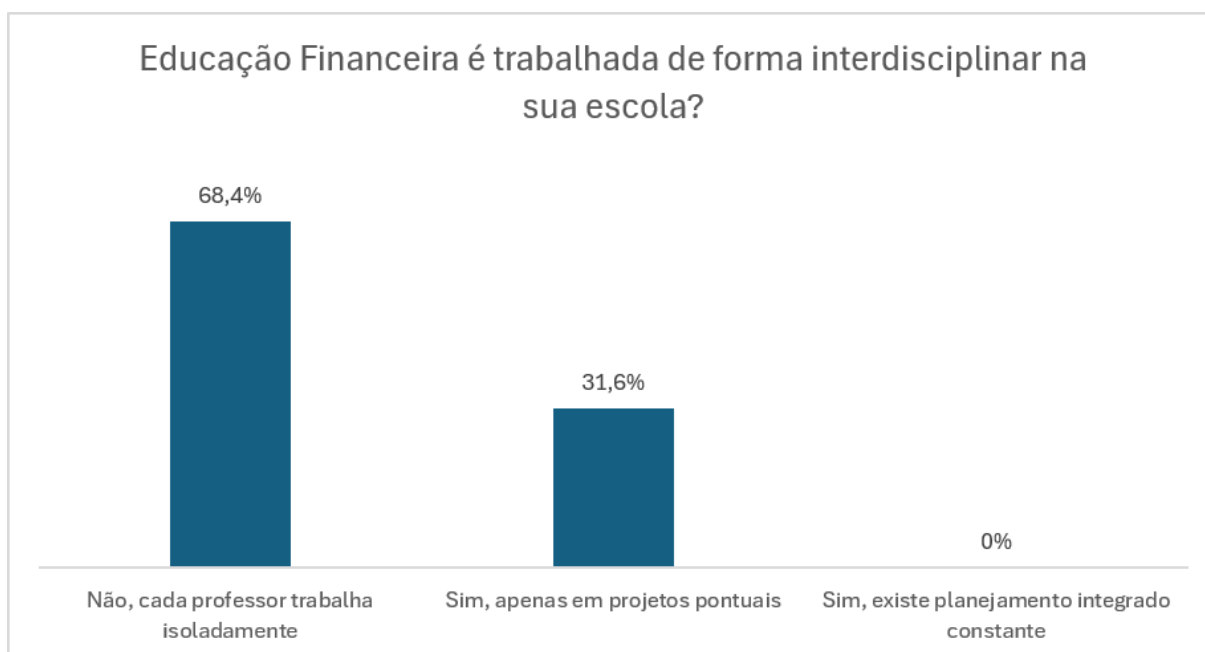
Quanto às disciplinas nas quais a educação financeira é inserida, a resposta mais frequente foi matemática, mencionada por 73,7% dos respondentes. Com percentuais menores, aparecem projetos interdisciplinares, Ciências Humanas e outras disciplinas. A concentração do tema na matemática corrobora a crítica de Baroni e Maltempo (2024), que alertam justamente para o risco de reduzir a educação financeira ao tratamento de conteúdos essencialmente matemáticos, baseada na abordagem de conceitos e cálculos, sem que as discussões caminhem em direção às problematizações necessárias.

O estudo de Silva et al. (2022) também evidencia essa limitação ao mostrar que muitos alunos conseguem realizar cálculos presentes em contas e faturas, mas ainda apresentam dificuldade em compreender como esses gastos impactam o

consumo e o planejamento financeiro familiar. A habilidade técnica, sem o componente crítico e contextual, não forma um cidadão financeiramente autônomo.

A interdisciplinaridade aparece como um ponto central nessa discussão, especialmente porque a BNCC propõe a educação financeira como um tema transversal ao currículo. No entanto, os dados revelam que essa transversalidade prevista pela legislação ainda está distante da realidade observada nas práticas escolares. Quando perguntados se a educação financeira é trabalhada de forma interdisciplinar em suas escolas, 68,4% dos respondentes afirmaram que não, relatando que cada professor trabalha isoladamente. Outros 31,6% afirmaram que o tema aparece apenas em projetos pontuais, e nenhum respondente indicou a existência de um planejamento integrado e constante entre os professores (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Educação financeira é trabalhada de forma interdisciplinar na sua escola?



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Esse cenário é reforçado pelos dados sobre a interação entre professores para o ensino de educação financeira: 57,9% relataram não haver interação específica entre os docentes sobre o tema, enquanto 31,6% mencionaram apenas trocas informais de materiais ou experiências. Reuniões pedagógicas formais ou planejamento conjunto aparecem como práticas marginais. Corroborando com esses dados, apenas 15,8% dos respondentes afirmaram ser o único professor de sua

escola a trabalhar o tema, no entanto, a grande maioria (47,4%) sequer soube informar se outros colegas também o fazem.

Esses dados são particularmente expressivos porque revelam não apenas uma ausência de prática interdisciplinar, mas também a completa falta de diálogo e o isolamento do docente que se interessa pelo tema. O professor que decide abordar a educação financeira frequentemente o faz por iniciativa própria, sem suporte dos colegas e sem um projeto pedagógico coletivo que dê consistência ao ensino. Isso reproduz, no cotidiano escolar, o que Sousa, Lobão e Freitas (2023) identificaram em suas pesquisas que a integração curricular por meio da interdisciplinaridade não se concretiza, mesmo entre docentes que afirmam conhecer as orientações da BNCC.

A efetivação da transversalidade proposta pela BNCC exige mais do que a abordagem do tema em diferentes disciplinas. Ela pressupõe planejamento coletivo, diálogo entre os docentes e integração entre as áreas do conhecimento, de modo que a educação financeira seja desenvolvida de forma contínua e articulada ao longo do processo de ensino. No entanto, os resultados desta pesquisa indicam que essas condições ainda não estão presentes nas escolas investigadas. A ausência de espaços de planejamento conjunto e de colaboração entre os professores faz com que a abordagem da educação financeira dependa, em grande medida, da iniciativa individual de cada docente, comprometendo a construção de um trabalho verdadeiramente interdisciplinar.

As respostas discursivas também evidenciam a dificuldade em desenvolver a educação financeira de forma interdisciplinar. Uma professora de Matemática reconheceu que costuma abordar o tema apenas quando ele aparece no livro didático, classificando essa prática como uma falha. Já uma docente da área de Ciências Humanas afirmou que trabalha a educação financeira apenas em alguns momentos, durante discussões relacionadas à economia das sociedades. Esses relatos mostram que o tema ainda é tratado de forma pontual e depende, na maioria das vezes, da iniciativa individual de cada professor, em vez de fazer parte de um planejamento integrado entre as disciplinas.

Em relação aos recursos utilizados para trabalhar a educação financeira, os dados indicam que os professores mais engajados com o tema tendem a recorrer a metodologias ativas: 57,9% mencionaram atividades práticas como simulações, jogos e feiras, e 52,6% citaram o estudo de caso do cotidiano dos alunos. Livros

didáticos aparecem em 36,8% das respostas, e materiais digitais em 31,6%. O uso de planilhas ou softwares, recurso que demanda maior letramento tecnológico e financeiro por parte do professor, foi mencionado por apenas 10,5% dos respondentes.

Esse padrão de uso de recursos dialoga com a literatura de forma positiva. A preferência por atividades práticas e estudos de caso sugere que os professores reconhecem intuitivamente a importância de metodologias que aproximem o conteúdo da realidade dos alunos, mesmo sem necessariamente ter formação específica em educação financeira. Borges, Carvalho e Miranda (2024) apontam justamente que estratégias como jogos, simulações e estudos de caso favorecem a compreensão dos conceitos financeiros ao relacioná-los a situações concretas. Coutinho e Rodrigues (2024), por sua vez, demonstraram que o uso de metodologias lúdicas, como os chamados "Jogos Sérios", gera engajamento superior ao modelo tradicional, inclusive para superar barreiras culturais dos alunos em relação ao tema.

Embora os resultados indiquem uma valorização de metodologias que aproximam a educação financeira da realidade dos estudantes, sua implementação ainda encontra limitações no contexto escolar. A adoção de atividades práticas depende da disponibilidade de recursos, de condições institucionais e de autonomia para desenvolver experiências que simulem situações reais de tomada de decisão financeira. Assim, observa-se uma contradição: ao mesmo tempo em que os professores reconhecem a importância de estratégias contextualizadas, muitos encontram barreiras que dificultam sua aplicação no cotidiano da escola.

Vale destacar, por fim, os limites institucionais enfrentados no cotidiano escolar. Um dos professores ilustrou o distanciamento entre a teoria e a vivência prática ao descrever o seguinte cenário:

"Situações práticas de ensino de educação financeira demandam uso efetivo de dinheiro. Porém, não é permitido que alunos lidem com dinheiro e exige-se que todos os materiais e recursos sejam custeados pelo professor. Como ensinar sobre as consequências das decisões erradas sem que exista algum impacto real no bolso? É como jogar banco imobiliário com dinheiro infinito."

A metáfora utilizada pelo docente resume o desafio central da aplicação do tema: a ausência de consequências reais. Quando o ensino é desvinculado do risco

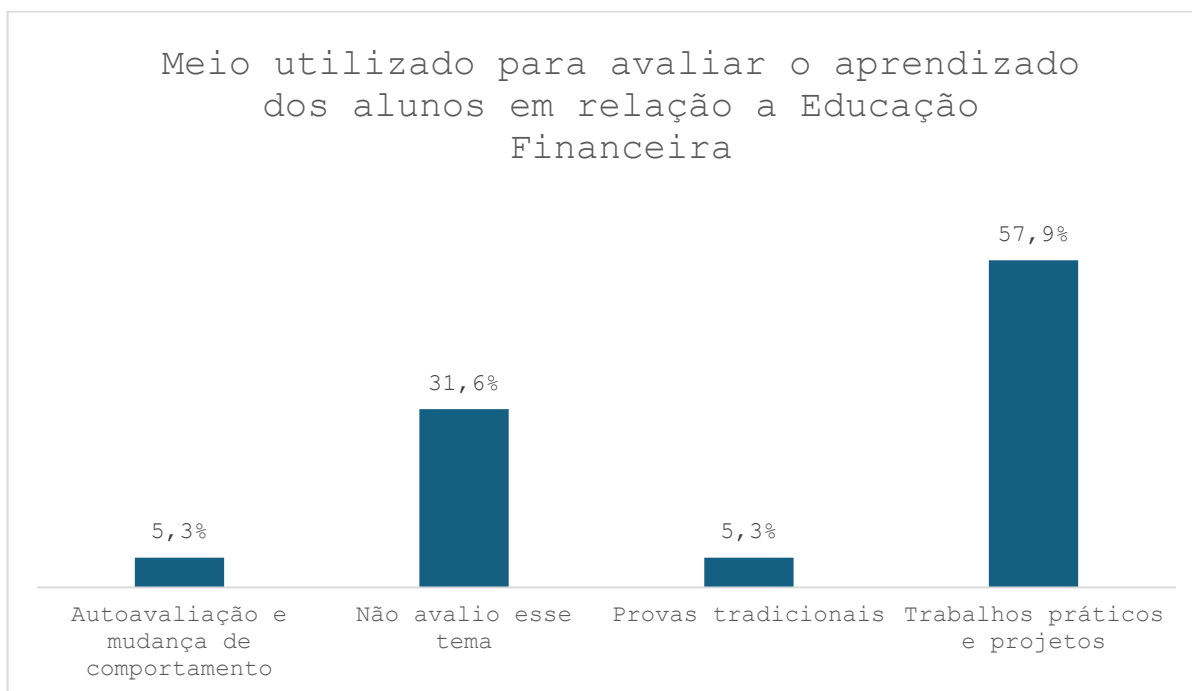
financeiro e da escassez, a compreensão dos impactos de uma decisão econômica torna-se abstrata. Essa observação reforça a necessidade não apenas de suporte material aos professores, mas de repensar dinâmicas institucionais que permitam simulações mais próximas da realidade.

4.4 Desafios na avaliação e mensuração do aprendizado

O quarto eixo temático investiga as estratégias utilizadas pelos professores para avaliar o aprendizado dos alunos em educação financeira, bem como as dificuldades enfrentadas para mensurar se os conhecimentos ensinados se traduzem em mudanças comportamentais concretas. Os dados revelam que a avaliação desse tema é um campo ainda pouco consolidado entre os participantes, marcado pela falta de critérios e instrumentos específicos.

Em relação às formas de avaliação utilizadas, apontadas no Gráfico 5, a maior parte dos professores que trabalham o tema recorre a trabalhos práticos e projetos (57,9% das respostas), o que é coerente com a preferência por metodologias ativas identificada no eixo anterior. Contudo, um dado que merece atenção é que cerca de 31,6% dos respondentes afirmaram não avaliar o tema de forma alguma, enquanto uma minoria utiliza provas tradicionais (cerca de 5,3%) ou autoavaliação e mudança de comportamento como critérios. A alta proporção de professores que não avaliam o que ensinam sobre educação financeira indica que o tema ainda é abordado de maneira limitada em muitas salas de aula.

Gráfico 5 – Meio de avaliação do aprendizado dos alunos sobre educação financeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

No que se refere aos maiores desafios para mensurar o aprendizado, o fator mais mencionado foi o pouco tempo para desenvolver atividades avaliativas (31,6%), seguido pela ausência de instrumentos específicos (21,1%) e pela dificuldade em relacionar teoria e prática (15,8%). Houve ainda respostas que mencionaram o desinteresse dos alunos e a pressão para cumprir o livro didático e as avaliações externas como obstáculos adicionais.

As respostas abertas à questão sobre como melhorar a avaliação do aprendizado em educação financeira trouxeram perspectivas bastante diversas e reveladoras. Um dos respondentes criticou o modelo de avaliação formal afirmando que a avaliação deve ter como foco o que foi desenvolvido pelos alunos ao longo do projeto ou proposta de trabalho, defendendo o processo de avaliação contínua, em detrimento da prova ao final da etapa. Outro professor sugeriu a integração da família no processo avaliativo, de modo a garantir que o aprendizado seja contínuo e integrativo, indo além da escola. Houve ainda quem propusesse a observação sistemática dos estudantes nas práticas das atividades desenvolvidas em sala, baseando-se em critérios avaliativos diferentes dos tradicionais já aplicados.

Essas respostas revelam que os professores mais engajados com o tema já percebem intuitivamente o que a própria OCDE (2024) enfatiza, que o sucesso da

educação financeira é medido pela sua aplicação prática e pela melhoria do bem-estar financeiro do indivíduo, um resultado que dificilmente se captura por meio de um instrumento único de avaliação formal.

Quando perguntados sobre sua percepção acerca da aplicação dos conhecimentos de educação financeira pelos alunos no cotidiano, os resultados foram heterogêneos. A resposta mais frequente foi "demonstram compreensão teórica, mas pouca aplicação prática" (31,6%), seguida por "aplicam ocasionalmente, em situações específicas" (26,3%) e "Não percebo aplicação concreta no cotidiano" (21,1%). Somente 15,8% afirmaram que aplicam de forma frequente e demonstram mudanças de comportamento, e um respondente indicou não trabalhar o tema em sala.

Esses dados indicam que, mesmo quando o tema é ensinado, a passagem do conhecimento teórico para a mudança comportamental efetiva permanece um desafio. A maioria dos professores reconhece que os alunos entendem os conceitos apresentados, mas têm dificuldade de aplicá-los de forma autônoma e consistente. Esse padrão é especialmente relevante quando se considera o propósito central da educação financeira: não basta que os alunos compreendam os conteúdos, é preciso que esses conhecimentos se traduzam em escolhas conscientes ao longo da vida.

As respostas abertas também apontam possibilidades para aproximar o ensino da realidade dos estudantes. Uma professora sugeriu que a aprendizagem fosse avaliada por meio de atividades práticas, como visitas a supermercados para comparar preços e ações relacionadas à produção agrícola e à horta familiar. Além disso, um professor do Ensino Médio relatou que muitos estudantes acreditam que é possível "ficar rico do nada", influenciados por informações presentes nas redes sociais. Esses relatos reforçam a importância de desenvolver atividades que aproximem a educação financeira da realidade dos alunos e contribuam para a construção de expectativas mais realistas sobre planejamento financeiro.

Uma das respostas abertas mais completas da pesquisa, nesse sentido, veio de um professor que descreveu com precisão esse limite: "Os alunos não tratam o assunto como uma realidade, parece que eles imaginam que nunca irão se deparar com situações que envolve conhecimentos em educação financeira." Essa percepção aponta para uma dificuldade estrutural do ensino, em que a falta de contextualização e de impacto real na vida dos alunos diminui a percepção de

relevância e, conseqüentemente, a probabilidade de aplicação prática. O desafio, portanto, não é apenas pedagógico, mas também de aproximação entre o conteúdo ensinado e a realidade vivida pelo estudante.

4.5 Desafios da implementação da educação financeira

O quinto e último eixo temático corresponde ao objetivo central da pesquisa: o mapeamento dos principais desafios enfrentados pelos docentes para a implementação efetiva da educação financeira nas escolas. Os dados deste bloco articulam-se diretamente com a hipótese do trabalho, de que a obrigatoriedade legal não garante, por si só, a execução pedagógica, fornecendo, portanto, informações para compreender as múltiplas dimensões do problema.

Quando solicitados a indicar as principais dificuldades na implementação da educação financeira (podendo marcar até três opções), os professores apontaram, com maior frequência, a falta de tempo para cumprir o currículo (47,4%), seguida pela falta de formação e preparo dos professores (42,1%) e pela falta de material didático (36,8%). A falta de apoio e incentivo da gestão escolar foi mencionada por 31,6% dos respondentes, o desinteresse dos alunos por 15,8%, a falta de articulação entre professores por 5,3%, e 10,5% afirmaram não identificar obstáculos significativos.

A sobrecarga de trabalho e a pressão do currículo aparecem como o obstáculo mais mencionado, o que é compreensível dado o contexto da escola brasileira. Os professores já trabalham com conteúdos extensos e cobranças de avaliações externas, e a educação financeira, por não ter uma disciplina própria e um espaço formal garantido na grade, compete com os demais conteúdos pelo tempo disponível. Esse cenário confirma o que Guimarães e Castro (2020) identificaram ao investigar a percepção de docentes sobre a BNCC, onde a norma determina o que deve ser ensinado, mas não cria as condições estruturais necessárias para que isso ocorra de forma efetiva.

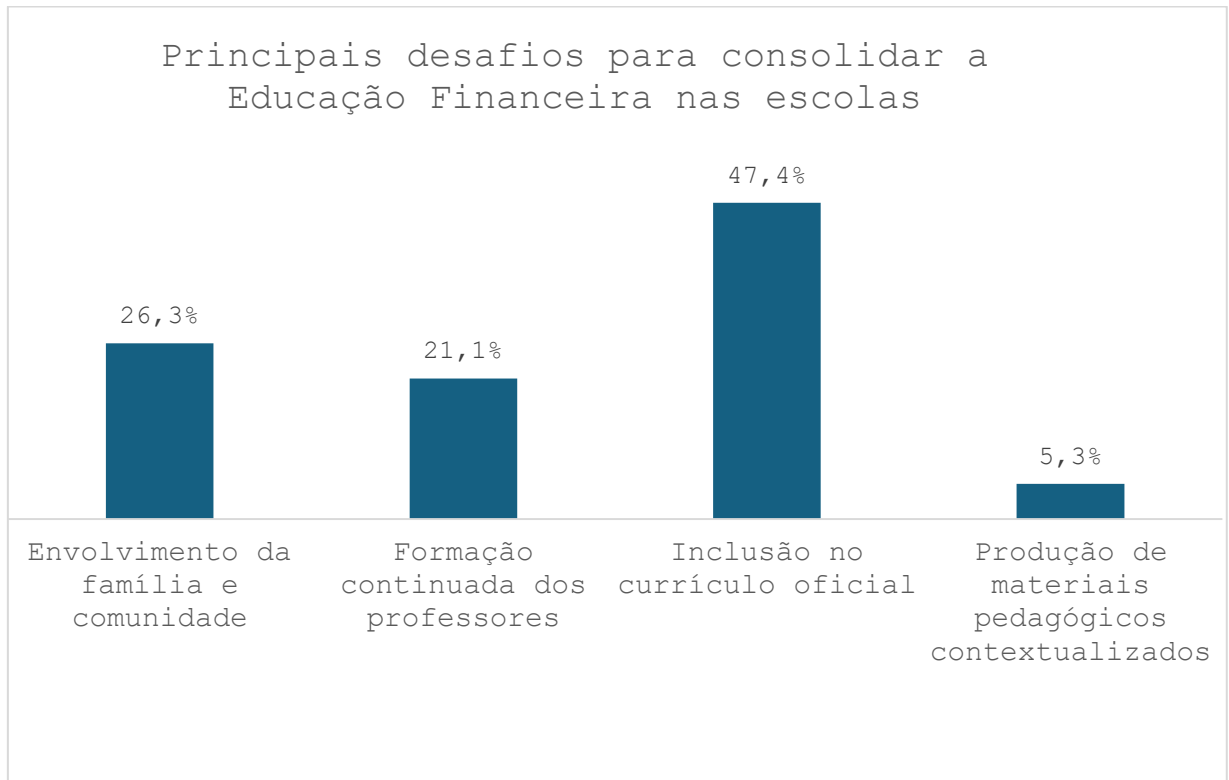
Quando questionados sobre os maiores desafios para aplicar as orientações da BNCC e da ENEF em sala de aula (também com possibilidade de múltiplas respostas), os professores indicaram, como principal obstáculo, a pouca formação docente sobre o tema (52,6%), seguida pela ausência de materiais pedagógicos alinhados (47,4%), pela falta de clareza nas competências descritas nos

documentos normativos (42,1%), e pela dificuldade em integrar o conteúdo de forma transversal às disciplinas (36,8%). A resistência da comunidade escolar foi mencionada por apenas 5,3% dos respondentes.

Esses dados revelam que a dificuldade em aplicar a BNCC e a ENEF não decorre de falta de disposição ou de resistência ao tema, mas de lacunas objetivas, como a falta de conhecimento sobre como operacionalizar as competências descritas e ausência de materiais e metodologias que orientem essa operacionalização. Como já apontado por Matos *et al.* (2022), existe uma lacuna significativa em relação à forma como o docente pode inserir a educação financeira nas diferentes disciplinas que compõem o currículo escolar, e os dados desta pesquisa confirmam que essa lacuna é percebida pelos próprios professores como um dos principais problemas da implementação.

Quanto à visão dos professores sobre o que seria necessário para consolidar a educação financeira nas escolas, o dado mais expressivo foi à demanda por inclusão no currículo oficial, apontada por 47,4% dos respondentes como a medida mais importante. Em segundo lugar, aparece o envolvimento da família e comunidade (26,3%), seguida pela formação continuada dos professores (21,1%) e pela produção de materiais pedagógicos contextualizados comunidade (Gráfico 6). A maior parte dos professores apontou a inclusão da Educação Financeira no currículo oficial como a medida mais importante para fortalecer sua presença nas escolas. Esse resultado mostra que os docentes consideram fundamental que o tema faça parte do planejamento escolar de forma estruturada, favorecendo sua aplicação contínua e efetiva no processo de ensino.

Gráfico 6 – Principais desafios para consolidar a educação financeira nas escolas



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Para complementar a análise dos resultados apresentados neste eixo temático, as respostas discursivas do questionário também foram analisadas, enriquecendo a interpretação dos dados quantitativos e permitindo uma compreensão mais aprofundada sobre a forma como essas dificuldades são percebidas e vivenciadas pelos docentes no cotidiano escolar.

Com esse propósito, realizou-se uma categorização temática dos relatos dos professores. As respostas foram agrupadas de acordo com os principais desafios mencionados, permitindo identificar quais dificuldades apareceram com maior frequência entre os participantes. Os resultados são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Categorização das respostas abertas.

Categoria	Número de professores
Falta de recursos e materiais didáticos	6
Dificuldade de contextualizar o conteúdo à realidade dos alunos	5
Desinteresse e fatores comportamentais dos alunos	3
Desigualdade socioeconômica e sensibilidade do tema	2
Gestão do tempo e pressão curricular	2
Falta de formação docente e apoio institucional	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Conforme apresentado no Quadro 1, a falta de recursos e materiais didáticos foi a dificuldade mais frequentemente mencionada pelos professores, seguida da dificuldade de contextualizar a educação financeira à realidade dos alunos. Também foram identificados relatos relacionados ao desinteresse dos estudantes e fatores comportamentais, à desigualdade socioeconômica, à limitação de tempo para cumprir o currículo e à falta de formação docente e apoio institucional. Esses resultados demonstram que os desafios para a implementação da educação financeira envolvem aspectos estruturais, pedagógicos e sociais, complementando os resultados obtidos nas questões fechadas.

Um dos relatos mais significativos aponta para a dificuldade de tornar os conceitos abstratos relevantes para a realidade dos alunos, especialmente considerando que muitos têm pouco contato direto com orçamento, crédito ou investimentos. O mesmo respondente destacou ainda a grande diferença de contexto socioeconômico nas turmas, que exige adaptar exemplos e atividades para que todos consigam se identificar e aplicar o conteúdo no dia a dia.

Essa observação sobre a desigualdade socioeconômica como um desafio pedagógico foi introduzida no referencial teórico com Fernandes e Fernandes (2024) destacando que a educação financeira, quando bem trabalhada, pode funcionar como instrumento de inclusão social, possibilitando que indivíduos superem barreiras econômicas e promovam sua autonomia. No entanto, para que esse potencial se realize, é necessário que o ensino seja contextualizado e sensível às

diferenças de realidade presentes nas turmas. Ignorar o contexto socioeconômico do aluno é um risco real, como relatou uma professora de uma escola estadual:

"Enfrento dificuldade quando o assunto 'dinheiro' é sensível em casa. Algumas famílias passam por necessidades e falar de 'economizar' pode gerar constrangimento na criança. Por isso trabalho sempre com empatia, focando em escolhas e desejos X necessidades, sem expor a situação de ninguém."

Esse relato demonstra uma prática pedagógica reflexiva e humanizada, que poucos professores conseguem desenvolver sem formação específica.

Outro relato relevante veio de um professor que descreveu o incentivo ao consumismo constante como a principal dificuldade enfrentada ao ensinar educação financeira. Essa percepção aponta para uma dimensão externa à escola que interfere diretamente no processo educativo, onde os alunos são constantemente bombardeados por mensagens de consumo que contradizem os valores de planejamento, poupança e consumo consciente ensinados em sala. Esse aspecto, embora não seja o foco central desta pesquisa, reforça a visão de Santos *et al.* (2025) de que a facilidade de acesso ao crédito e a cultura do consumo imediato criam um ambiente que dificulta a formação de hábitos financeiros saudáveis especialmente entre jovens sem uma base educacional sólida sobre o tema.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os desafios enfrentados na implementação da educação financeira nas escolas, a partir da visão dos professores. Os resultados mostram um cenário em que a obrigatoriedade da educação financeira na legislação contrasta com as dificuldades encontradas na prática. Ficou evidente que a inclusão do tema como eixo transversal pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não foi acompanhada do suporte estrutural e formativo necessário. A maioria dos docentes afirmou não se sentir preparada para trabalhar o tema, o que demonstra uma lacuna tanto na formação universitária quanto nas políticas de capacitação continuada oferecidas pelas redes de ensino.

Os dados também revelam que a educação financeira ainda é trabalhada de forma esporádica e concentrada principalmente na disciplina de Matemática, o que dificulta a interdisciplinaridade proposta pela legislação. Além disso, muitos professores precisam elaborar as atividades sozinhos e possuem pouco conhecimento sobre diretrizes importantes, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Isso evidencia que os docentes acabam tendo que interpretar e aplicar a política pública sem o apoio necessário. A falta de tempo para cumprir o currículo tradicional e a escassez de materiais didáticos adequados também aparecem como obstáculos importantes para a consolidação do tema no ambiente escolar.

Outro ponto relevante identificado pela pesquisa foi à dificuldade em avaliar o aprendizado dos alunos na educação financeira. A ausência de critérios padronizados e a dificuldade em criar situações práticas que simulem a realidade fazem com que o ensino permaneça muito teórico. Os professores percebem que os alunos conseguem compreender os conceitos apresentados, mas têm dificuldades para aplicá-los de maneira autônoma no dia a dia. Esse problema compromete um dos principais objetivos da educação financeira, que é desenvolver cidadãos mais conscientes, críticos em relação ao consumo e preparados para tomar decisões financeiras responsáveis.

Diante desses resultados, a pesquisa apresenta contribuições teóricas e práticas importantes. Ao dar voz aos professores da educação básica, o estudo evidencia a distância entre o que é proposto pelas políticas públicas e o que as escolas conseguem realizar na prática. Sob a perspectiva da Administração, os

achados podem auxiliar gestores escolares, secretarias de educação e formuladores de políticas públicas a compreender que a efetividade da BNCC depende de melhores recursos pedagógicos, reorganização do tempo das disciplinas e investimentos contínuos na formação docente. Dessa forma, fica claro que a gestão educacional precisa considerar a realidade vivida pelos professores para garantir o sucesso das políticas educacionais.

Entretanto, é importante destacar as limitações da pesquisa. A amostra foi não probabilística e composta por apenas 19 respostas válidas de professores do município de Governador Valadares, o que limita a generalização dos resultados para outras regiões do país. Assim, o estudo caracteriza-se como uma investigação exploratória voltada para uma realidade específica.

Essas limitações também indicam possibilidades para pesquisas futuras. Sugere-se a aplicação do instrumento de pesquisa em amostras maiores e em diferentes contextos, permitindo comparações entre redes públicas e privadas ou relações com indicadores de desempenho escolar. Também se pode aplicar a pesquisa nas diversas regiões do país para captar informações regionais. Seria relevante investigar a percepção dos estudantes sobre o letramento financeiro recebido e analisar escolas que já conseguiram implementar práticas interdisciplinares bem-sucedidas relacionadas à educação financeira.

Por fim, a realização desta monografia reforçou o entendimento de que a democratização da educação financeira representa uma importante ferramenta de combate às desigualdades sociais e de promoção da cidadania. A distância entre a proposta da legislação e a realidade da sala de aula não deve ser vista como justificativa para a falta de ação, mas como um incentivo para a cooperação entre o Estado, as universidades e a comunidade escolar. Assim, conclui-se que uma gestão eficiente, tanto pública quanto escolar, exige não apenas a criação de normas, mas também o planejamento de recursos, processos e apoios capazes de transformar as políticas educacionais em resultados concretos para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de educação financeira: gestão de finanças pessoais**. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 6 dez. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF**. Brasília: Banco Central do Brasil, s.d. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENE_F.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

BARONI, Ana Karina Cancian; MALTEMPI, Marcus Vinicius. **A educação financeira na formação inicial de professores de Matemática: um olhar para as teses e dissertações brasileiras**. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, Rio Claro, v. 38, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/hDwrXQdX9HTwQhkBjmVSKQm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2026.

BORGES, Andréia Alves de Carvalho; CARVALHO, Plauto Simão de; MIRANDA, Sabrina do Couto de. **A educação financeira e o processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica**. *Boletim Cearense de Educação e História da Matemática*, Fortaleza, v. 11, n. 33, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/12996>. Acesso em: 25 jan. 2026.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação infantil e ensino fundamental**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_siete.pdf. Acesso em: 6 dez. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, 10 jun. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm. Acesso em: 24 dez. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 24 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 jan. 2026.

COUTINHO, Mauro; RODRIGUES, Joacelma Maria Silva. **A educação financeira nas escolas, aplicada de forma lúdica, através de um jogo sério: um estudo de**

caso realizado em uma escola de Belém do Pará. Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, Brasília, v. 6, n. 1, 2024. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/331>. Acesso em: 15 Jan. 2026.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **Observatório FEBRABAN.** São Paulo: FEBRABAN, jul. 2025. Disponível em: <https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/observatorio%20julho%202025.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2025.

FERNANDES, Elvis Maycom; FERNANDES, Simone Aguiar. **Educação financeira como forma de inclusão social.** RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber, São Paulo, v. 1, n. 2, 2024. Disponível em: <https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/694>. Acesso em: 25 jan. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Lucas Peres; CASTRO, Denise Leal de. **Visão dos professores de Ciências da rede municipal de Barra Mansa, diante dos desafios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Horizontes - Revista de Educação, Dourados, v. 8, n. 15, p. 6-19, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/horizontes/article/view/10456/5825>. Acesso em: 26 jan. 2026.

KLÜBER, Tiago Emanuel. **Lógica da pesquisa qualitativa e questões éticas: síntese integradora e desdobramentos dos painéis do VI SIPEQ.** Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, v. 9, n. 22, p. 613-621, 2021. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/513/297>. Acesso em: 27 jan. 2026.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The importance of financial literacy: opening a new field. **Journal of Economic Perspectives**, v. 37, n. 4, p. 137-154, 2023. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.37.4.137>. Acesso em: 27 jan. 2026.

MATOS, Thiago Vieira de et al. **Educação financeira como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular – BNCC.** Revista Fatec Zona Sul, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 1-18, fev. 2022. Disponível em: <https://revistarefas.com.br/RevFATECZS/article/view/524>. Acesso em: 22 jan. 2026.

NASCIMENTO, Francisco Elton Oliveira do; SOUSA, Francisco Jucivanio Felix de; DEL PINO, José Claudio. **Educação financeira nos anos finais do ensino fundamental: o olhar docente de uma escola da rede pública do município de Crateús/CE.** Perspectivas da Educação Matemática, Campo Grande, v. 16, n. 43, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/18055>. Acesso em: 27 de Jan. 2026.

NERES, D. S. *et al.* **Educação financeira na escola: possibilidades e desafios para sua inserção no currículo de uma escola do campo.** Identidade!, São Leopoldo, v. 28, n. 1, p. 198-220, ago. 2023. Disponível em:

<https://revistas.est.edu.br/Identidade/article/view/2635>. Acesso em: 22 jan. 2026.

Ó, Celso Francisco do; SANTOS, Caio Vinicius dos; LORENZI, Carla Cristina Biazzi. O conceito de política pública e política educacional: debates além da legislação. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, n. esp., e023071, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/18141>. Acesso em: 27 jan. 2026.

OLIVEIRA, Jennifer Gracielli de. **Expansão do crédito no Brasil: a atuação das fintechs no sistema financeiro nacional**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/21896>. Acesso em: 26 jan. 2026.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Financial education**. Paris: OECD, 2024. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/topics/financial-education.html>. Acesso em: 6 dez. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Strengthening financial literacy in Germany: proposal for a national financial literacy strategy**. Paris: OECD Publishing, 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/strengthening-financial-literacy-in-germany_81e95597-en.html. Acesso em: 6 dez. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **The role of financial literacy**. Paris: OECD, 7 mar. 2025. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/blogs/2025/03/the-role-of-financial-literacy.html>. Acesso em: 6 dez. 2025.

PESSOA, Cristiane Azevedo dos Santos. **Educação financeira escolar: construções, caminhos, pesquisas e potencialidades para o século XXI**. Recife: Editora da UFPE, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Cristiane-Pessoa/publication/353779522_EDUCACAO_FINANCEIRA_ESCOLAR_CONSTRUCOES_CAMINHOS_PESQUISAS_E_POTENCIALIDADES_PARA_O_SECULO_XXI/links/6111741f1ca20f6f860c7dfc/EDUCACAO-FINANCEIRA-ESCOLAR-CONSTRUCOES-CAMINHOS-PESQUISAS-E-POTENCIALIDADES-PARA-O-SECULO-XXI.pdf. Acesso em: 27 jan. 2026.

SANCHES, Rosivar Marra Leite; BATISTA, Silvia Cristina Freitas; MARCELINO, Valéria de Souza. Educação financeira escolar no Novo Ensino Médio: como livros didáticos de projetos integradores e projeto de vida apresentam a temática? **Em Teia – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, Recife, v. 12, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/250339>. Acesso em: 27 jan. 2026.

SANTOS, Timna Moabe Cerqueira dos et al. **Endividamento das famílias brasileiras como reflexo do acesso facilitado ao crédito em um cenário de carência de alfabetização financeira**. *Revista Ibero-Americana de Humanidades*,

Ciências e Educação, São Paulo, v. 11, n. 12, p. 2283-2296, dez. 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/22863/14405>. Acesso em: 24 jan. 2026.

SERASA. **Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas no Brasil: dezembro 2025**. São Paulo: Serasa, dez. 2025. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SILVA, Jessica Barbosa da; PESSOA, Cristiane Azevedo dos Santos; SILVA, Izabela Cristina Bezerra da; SILVA, Jozeildo José da. **Educação Financeira Escolar: Tomada de Decisão e Consumo na Percepção de Estudantes do Ensino Fundamental**. Abakós, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 18-34, 2022. DOI: 10.5752/P.2316-9451.2022v10n1p18-34. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/abakos/article/view/26356>. Acesso em: 27 de Jan. 2026.

SILVA, João Victor Frederico; FREITAS, José Henrique Alves de; SILVA, Natalia da. **Estudo de caso sobre a educação financeira nas escolas para crianças e jovens do ensino fundamental ao ensino médio**. São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2024. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/27756>. Acesso em: 27 jan. 2026.

SILVA, Suéllen Danúbia da et al. **Inserção social de todas as classes sociais para a educação financeira**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 2488–2504, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18240>. Acesso em: 25 jan. 2026.

SOUSA, Richarles; LOBÃO, Mário; FREITAS, Renata. **Educação financeira à luz da BNCC: concepções de docentes do ensino profissional e tecnológico**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 49, p. e251296, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/StmPNgBPypMGZ7rKQ3WJGdj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2026.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

I. Perfil do Respondente

1. Nome da instituição de ensino:

2. Idade:

- Menos de 25 anos
- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 54 anos
- 55 anos ou mais

3. Sexo:

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder

4. Há quanto tempo você atua como docente na Educação Básica?

- Menos de 2 anos
- De 2 a 5 anos
- De 6 a 10 anos
- Mais de 10 anos

5. Qual é a sua principal área de formação (Licenciatura)?

- Matemática
- Linguagens (Português, Inglês, Artes, Educação Física)
- Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia, Sociologia)
- Ciências da Natureza (Biologia, Física, Química)
- Pedagogia
- Outro:

6. Em qual etapa de ensino você atua majoritariamente?

- Ensino Fundamental I
- Ensino Fundamental II
- Ensino Médio

II. Formação e Conhecimento em Educação Financeira (EF)

7. Durante sua formação inicial (graduação), você teve algum contato com conteúdos voltados ao ensino de Educação Financeira?

- Sim, houve uma disciplina específica
- Sim, o tema foi abordado dentro de outra disciplina
- Não, não tive contato com o tema na graduação

8. Você já participou de algum curso de formação continuada sobre Educação Financeira?

- Sim, oferecido pela Secretaria de Educação/Escola
- Sim, busquei por conta própria (cursos online, pós-graduação etc.)
- Não, nunca participei

9. Como você avalia seu nível de preparo para ensinar Educação Financeira em sala de aula?

- Insuficiente
- Básico
- Intermediário
- Avançado

10. Você considera a Educação Financeira importante para a formação dos alunos?

- Totalmente essencial
- Muito importante
- Pouco importante
- Não considero relevante

III. Conhecimento das Diretrizes (BNCC e ENEF)

11. Você conhece as orientações da BNCC relacionadas à Educação Financeira?

- Desconheço totalmente
- Ouvei falar, mas não li a fundo
- Conheço as diretrizes gerais
- Conheço profundamente e aplico

12. Você conhece a ENEF e suas diretrizes para o ensino básico?

- Conheço detalhadamente
- Conheço superficialmente
- Já ouvi falar
- Não conheço

13. Você considera que a BNCC e a ENEF oferecem suporte suficiente para a implementação da Educação Financeira nas escolas?

- Sim, oferecem suporte adequado
- Parcialmente, mas precisam de melhorias
- Não, considero insuficiente
- Não tenho opinião formada

IV. Prática Pedagógica e Interdisciplinaridade

14. Com que frequência você aborda Educação Financeira em suas aulas?

- Nunca abordei
- Raramente (1 ou 2 vezes ao ano)
- Ocasionalmente (uma vez por bimestre)
- Frequentemente (mensalmente ou semanalmente)
- Apenas quando o livro didático exige

15. Em quais disciplinas você costuma inserir conteúdos de Educação Financeira?

- Matemática
- Ciências Humanas (História/Geografia)
- Língua Portuguesa
- Projetos interdisciplinares
- Outro:

16. Quais recursos você utiliza para trabalhar Educação Financeira?

- Livros didáticos
- Materiais digitais
- Projetos da escola/rede
- Atividades práticas (simulações, jogos, feiras)
- Planilhas ou softwares
- Estudos de caso do cotidiano dos alunos

17. Em sua escola, quantos professores trabalham diretamente com Educação Financeira?

- Apenas eu
- Entre 2 e 5 professores
- Mais de 5 professores
- Não sei informar

18. A Educação Financeira é trabalhada de forma interdisciplinar na sua escola?

- Não, cada professor trabalha isoladamente
- Sim, apenas em projetos pontuais
- Sim, existe planejamento integrado constante

19. Como ocorre a interação entre professores para o ensino de Educação Financeira?

- Reuniões pedagógicas formais
- Troca informal de materiais/experiências
- Planejamento conjunto de aulas/projetos
- Não há interação específica

20. A escola oferece orientação ou material específico para trabalhar Educação Financeira?

- Sim, regularmente
- Ocasionalmente
- Não oferece suporte
- Não sei informar

21. Na sua experiência, como os alunos reagem ao tema Educação Financeira?

V. Avaliação e Mensuração do Aprendizado

22. Você costuma avaliar o aprendizado dos alunos em relação à Educação Financeira?

- Provas tradicionais
- Trabalhos práticos e projetos
- Autoavaliação e mudança de comportamento
- Não avalio esse tema

23. Em sua opinião, qual é o maior desafio para mensurar o aprendizado dos alunos em Educação Financeira?

- Falta de critérios claros de avaliação
- Dificuldade em relacionar teoria e prática

- Pouco tempo para desenvolver atividades avaliativas
- Ausência de instrumentos específicos
- Desinteresse dos alunos
- Outro:

24. Você acredita que os alunos realmente aplicam os conhecimentos de Educação Financeira no cotidiano?

- Sim, aplicam de forma frequente e demonstram mudanças de comportamento
- Aplicam ocasionalmente, em situações específicas
- Demonstram compreensão teórica, mas pouca aplicação prática
- Não percebo aplicação concreta no cotidiano
- Não trabalho o tema em sala

25. Como melhorar a avaliação do aprendizado dos alunos em Educação Financeira?

VI. Desafios e Dificuldades na Implementação

26. Quais são as principais dificuldades na implementação da Educação Financeira? (Marque até 3 alternativas)

- Falta de formação/preparo dos professores
- Falta de tempo para cumprir o currículo
- Falta de material didático
- Desinteresse dos alunos
- Falta de articulação entre professores
- Falta de apoio/incentivo da gestão escolar
- Não há obstáculos significativos

27. Em sua opinião, quais são os maiores desafios para aplicar as orientações da BNCC e da ENEF na sala de aula? (Marque até 3 alternativas)

- Falta de clareza nas competências
- Ausência de materiais pedagógicos alinhados
- Pouca formação docente sobre o tema
- Dificuldade em integrar de forma transversal às disciplinas
- Resistência da comunidade escolar
- Outro:

28. Em sua opinião, quais seriam os maiores desafios para consolidar a Educação Financeira nas escolas?

- Formação continuada dos professores
- Inclusão no currículo oficial
- Produção de materiais pedagógicos contextualizados
- Envolvimento da família e comunidade
- Outro:

29. Você poderia descrever brevemente uma dificuldade específica que já enfrentou (ou enfrenta) ao tentar ensinar Educação Financeira?